



Editorial

Caro leitor! Seja bem-vindo a 9ª edição do Newsletter Energia & Indústria Extractiva para o ano de 2012.

Permita-nos relembrar que a nossa missão não é ser mais um meio de informação, somo-lo mas num estágio avançado do próprio conceito de comunicar, o projecto Media Energia Moçambique, do qual faz parte o presente Newsletter, tem como objectivo contribuir de forma significativa para a transparência no sector da indústria energética e extractiva nacional, através do acesso a informação, promoção do debate democrático isento sobre os vários assuntos referentes ao sector.

Em "Qual é o lugar da Indústria Extractiva no Plano de Desenvolvimento Nacional", procuramos expor a dissonância existente naquilo que é considerado motor de desenvolvimento (a agricultura) e os esforços empreendidos em prol da potencialização deste elemento para o alcance do tão almejado desenvolvimento sustentável, e tendo em conta que o sector da Indústria Extractiva surge como um elemento cujo contributo já potencia taxas de crescimento expressivas para a economia moçambicana e a longo prazo seu contributo poderá ultrapassar o dos demais sectores com o início da exportação do gás natural oriundo da bacia do Rovuma.

E não parámos por aqui, mais adiante o leitor poderá informar-se sobre os últimos acontecimentos do mercado do carvão, além de acontecimentos que mexeram com o sector aqui e fora. Enfim, aguardamos pelas vossas sugestões e comentários e críticas, que se diga construtivas, para que possamos trazer até vós um serviço cada vez melhor que responda aos anseios e preocupações do nosso estimado leitor, apela-se a reflexão!

Boa leitura!

Qual o lugar da indústria extractiva no plano de desenvolvimento nacional

O país atravessa um momento particular da nossa história, em que o debate nacional e as recentes descobertas do gás na bacia do Rio Rovuma, e não só, consagram o sector de energia e industria extractiva como motor de desenvolvimento e aponta Moçambique como uma futura economia energética emergente com possibilidade de partilhar a liderança na comercialização do gás natural em África. Entretanto, em meio a este panorama brioso paira no ar uma questão pertinente que, efectivamente, carece de uma resposta abrangente e sólida no contexto actual: Qual é o lugar da Indústria Extractiva no Plano de Desenvolvimento Nacional?

Entre os dias 25 a 27 de Janeiro de 2012 realizou - se na Cidade de Matola, Província de Maputo o XXXVI Conselho Consultivo do Banco de Moçambique (Banco Central que zela pela saúde da moeda moçambicana, é o banco dos bancos comerciais e aconselha o Governo em politicas monetárias entre outras funções) e no último dia, o Banco de Moçambique convidou os académicos, antigos e novos governantes, incluindo ex-governadores do Banco de Moçambique, sociedade civil, entre outros sectores para discutir a proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento, um documento de médio e longo prazo que perspectiva o crescimento económico e as acções do governo para melhorar a vida da população. Este plano surge num momento particular da nossa história, em que o debate nacional e as recentes descobertas do gás na bacia do Rio Rovuma e não só, consagram o sector de energia e industria extractiva como motor de desenvolvimento e aponta Moçambique como uma futura economia energética emergente com possibilidade de partilhar a

liderança na comercialização do gás natural.

Ao observarmos o debate público relativo ao desenvolvimento do país, aprez-nos estabelecer ou levantar as seguintes preocupações:

Qual será o lugar ou papel da energia e indústria extractiva neste ambicionado plano de desenvolvimento nacional? Terá um lugar central ou será subsidiária/subordinada dos outros sectores?

Ora! Desde a independência a agricultura tem sido apontada como sendo a base de desenvolvimento do país em vários planos e estratégias nacionais de desenvolvimento. Nada há a obstar em relação a priorização ou lugar central da agricultura na visão de desenvolvimento nacional pelo contrário, encorajamos. O que realmente aprez-nos referir é que não está suficientemente clara nas acções do governo a operacionalização destes planos e estratégias. Se a agricultura é a prioridade, a base do desenvolvimento ou se simplesmente deveria ser. Concretamente não se viu nenhuma estratégia que materializasse este desiderato e que subordinasse o funcionamento dos outros sectores para a consubstanciação da agricultura como base de desenvolvimento.

A verdade é que o país continua a importar a maior parte dos produtos alimentares, e a prática agrícola ainda é maioritariamente rudimentar e tradicional ou seja pouco mecanizada. Assim sendo temos um país onde a base de desenvolvimento é a agricultura mas que pouco produz. Não se viu em

nenhum momento, por exemplo, a articulação da educação com a agricultura. A filosofia do ensino no país pouco acompanhou a necessidade de um desenvolvimento baseado na agricultura. O mesmo pode dizer do sector da indústria extractiva, águas, transporte, etc. Não se assistiu uma mobilização geral da sociedade e de todas suas forças vivas para promoção do desenvolvimento baseado na agricultura. O que esperar da estratégia nacional de Desenvolvimento?

Que mudanças visam lograr? Esta estratégia surge enquanto o sector da energia já conhece uma dinâmica própria. Continuará a ser o sector de energia e industria a ser reservado o papel de financiar o desenvolvimento? Mas, muitos e sérios riscos existem para as economias fortemente dependentes da indústria extractiva.

Os casos de Angola onde mais de 90 % do PIB vem do sector da indústria extractiva (petróleo e diamante), da Zâmbia onde tem a economia totalmente dependente do cobre, da Nigéria, dependente do petróleo e outros que são casos de economias dependentemente da oscilação do preço no mercado internacional o que, conseqüentemente, agrava o custo de vida e dificulta a melhoria de vida da população.

Frequentemente, os países que possuem abundantes reservas petrolíferas ou minerais obtêm as suas receitas a partir de recursos que estão concentrados em termos de propriedade, ou seja, são propriedade do próprio Estado. Isto desincentiva o investimento noutros sectores económicos por parte do próprio Estado, mas também por parte dos cidadãos, impedindo assim o aparecimento de pequenos ou médios empresários, capazes de gerar emprego, ou seja, o aparecimento de uma sociedade civil forte e autónoma.

A ideia é que as estratégias de desenvolvimento devem responder as questões de como devem ou serão mobilizadas todas as forças vivas da nação em todos os sectores e os demais recursos para o alcance do tão almejado desenvolvimento sustentável. ■

PUB.

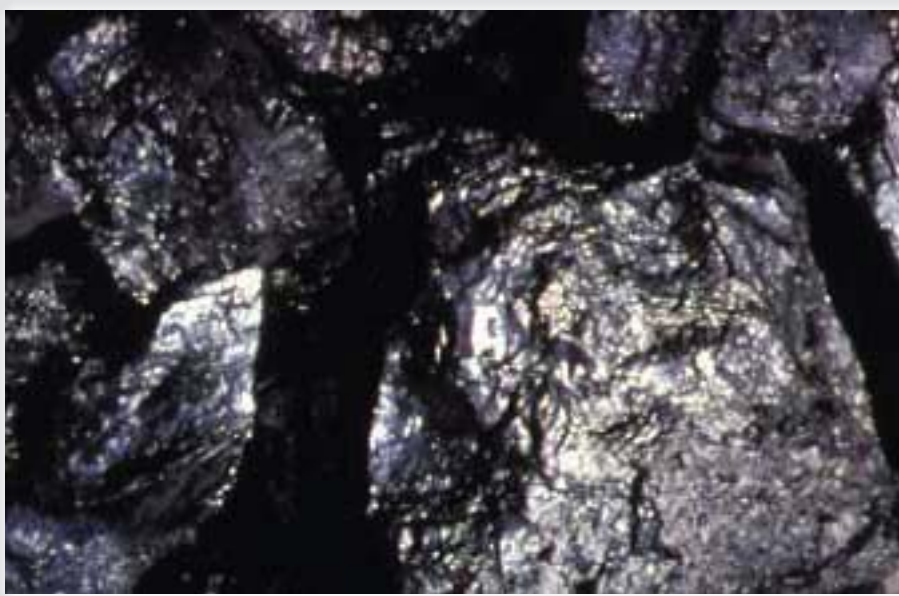


Estamos na era do conhecimento, da inovação e das novas tecnologias de comunicação e informação

Siga-nos no site, twitter, facebook, newsletter,
Revista Energia Moçambique e na televisão
www.energiamocambique.co.mz

CARVÃO TÉRMICO

Mundo: Economias Emergentes lideram mercados de carvão



Como os titãs do rápido crescimento da economia global, os mercados emergentes dependem do carvão para alimentar o seu crescimento. A fonte barata de energia eléctrica confiável tornou-se omnipresente na transição das economias principalmente por causa do baixo custo do combustível e da oferta relativamente abundante.

Muitas vezes visto como uma fonte de energia “suja” de altas emissões de gases de efeito estufa, o consumo de carvão tem seguido uma tendência decrescente em muitos países industrializados avançados ao longo das últimas três décadas. No entanto, a história das economias emergentes, entretanto, não poderia ser mais diferente.

A nível mundial, usado como a fonte número um de produção de electricidade, o carvão térmico já responde por cerca de 30% do uso global de energia, o nível mais alto desde 1970. Com mais de 3,55 bilhões de toneladas de petróleo equivalentes (BOE) consumidos em 2010, o consumo mundial de carvão cresceu mais de três por cento quando calculado numa base anual desde 2002.

Essa realidade pode ser atribuída quase que exclusivamente ao enorme crescimento industrial e económico testemunhado na região Ásia-Pacífica.

O crescimento do consumo de carvão na China por si só, o motor das tendências mundiais de consumo de carvão, aumentou em mais de 180% desde 2000. E, com 1,713 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo consumido em 2010, a China representa 46% do consumo mundial total.

A Índia também tem visto um rápido aumento no consumo já que a crescente demanda em 10% anuais nos últimos anos, impulsionado por uma taxa de crescimento média de 7,45% entre 2000 e 2011. E a África do Sul e Indonésia continuam a pub-

licar números significativos de consumo, em parte devido às suas grandes fontes domésticas.

Actualmente, a China e a Índia dependem de centrais a carvão há mais de 80% da produção de electricidade, mais de 90% na África do Sul, uma estatística que não deve mudar uma vez que estes países continuam a incrementar a capacidade de queima de carvão com uma média de plantas com 40 anos de vida. *Fonte: adaptado do texto da Coal Investing News* ■

GÁS NATURAL

Gás será uma das principais fontes de energia nos próximos anos

Na última semana, o Rio de Janeiro foi palco de debates sobre o mercado de geração de energia, em suas diferentes possibilidades. Entre os dias 30 de Janeiro e 1º de Fevereiro, a cidade sediou o Energy Generation Congress Latin América 2012, que discutiu os segmentos eólico, solar, hidroeléctrico e termoeléctrico. Dentre os temas levantados, destaque para o gás natural.

De acordo com o director da Aggreko América do Sul, Diógenes Paoli Neto, o mercado de ‘Energy Generation’ se destaca hoje pelas fontes renováveis de energia e as perspectivas indicam que o gás será uma das principais fontes de energia nos próximos anos. A companhia, que actua na área de fornecimento de soluções temporárias de energia, resfriamento e climatização, foi uma das patrocinadoras do EnergenLatam 2012. *Fonte: NN- A Mídia do Petróleo* ■





OPEP não discute embargo

Os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) não discutiram o aumento de suas produções para compensar o embargo da União Europeia ao petróleo do Irão, que entra em vigor em Julho, disse o Ministro de Minas e Energia da Argélia, Youcef Yousfi, em entrevista divulgada no site do jornal argelino El Khabar ontem.

Vários membros da UE que são mais dependentes do petróleo iraniano pediram à Arábia Saudita, membro da Opep, que aumente sua produção para compensar as importações iranianas. A Arábia Saudita afirmou que sempre está disposta a atender as demandas dos consumidores por petróleo, mas não pretende substituir directamente o Irão como fornecedor para a Europa. *Fonte: Jornal Comercio, NN* ■

PUB.

**VISITA E PUBLICITE
AQUI E NO**

www.energiamocambique.co.mz

**OS SEUS PRODUTOS
E SERVIÇOS.**



**SUBSCREVA
ESTE
NEWSLETTER**

+258 21 32 71 16/ 17

+258 84 30 66 780

África do Sul

ANC relatório rejeita nacionalização de minas, mas propõe mudanças

Agência Internacional de Energia reduziu de forma acentuada as projecções de procura mundial por petróleo, depois de o consumo da matéria-prima ter caído no quarto trimestre pela primeira vez desde o final da crise do Lehman.

O relatório encomendado pelo Congresso Nacional Sul africano (ANC, sigla em inglês) na indústria de mineração rejeitou a proposta nacionalização do sector, mas, no entanto, propõe mudanças fundamentais, segundo relatou o semanário sul-africano City Press.

De acordo com o relatório, a nacionalização seria inviável, pois o governo teria que levantar 1 trilião de randes (moeda sul-africana) para comprar as empresas de mineração listadas no país. Um montante que excede, por sua vez, orçamento do governo inteiro.

As propostas incluem um imposto de 50% sobre a venda de direitos de mineração para evitar a especulação. Um imposto de colheita de até 50% em superlucros, definido como um retorno sobre o investimento de 22%, também está incluído.

No entanto, o imposto sobre as royalties seria reduzido de 4-1%.

Cinco ministérios, o do comércio e indústria, recursos minerais, empresas



públicas, desenvolvimento económico e ciência e tecnologia - seriam fundidos para formar um super-ministério encarregado de gestão dos minerais

A platina, um mineral estratégico, seria nacionalizado através de "intervenções específicas", enquanto o governo iria participar na indústria para uma extensão muito maior.

Segundo o semanário sul-africano, as propostas eram susceptíveis de serem aprovadas pela comissão executiva nacional do Congresso Nacional Africano, para tranquilizar os investidores preocupados com a perspectiva de nacionalização. *Fonte: BusinessLive* ■

PUB.



Armazenagem e distribuição de petróleo em Moçambique



Operação de distribuição de petróleo em Moçambique



Operação de distribuição de petróleo em Moçambique

PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE



Chineses poderão entrar na Hidroelétrica de Cahora Bassa

Com a já esperada venda da participação maioritária da Redes energéticas Nacionais (REN) em meio a crise da dívida vivida em Portugal, tendo como favorita a estatal China State Grid, há que se ter em conta a possibilidade da entrada dos chineses na HCB caso o Estado moçambicano decida ceder os restantes 15% a REN. No entanto, a questão que paira no ar é se tal entrada poderá ser benéfica ou não para o governo moçambicano.

Sabe-se de antemão que a entrada na HCB habilita a REN a participar no chamado Projecto Cesul, no qual, até 2016, serão investidos 2,4 mil milhões de dólares, na construção de um sistema de transporte de electricidade entre a província de Tete e o sul do país, mas também para nações vizinhas.

A produção de electricidade, cerca de 12 mil megawatts, concentrar-se-á no futuro pólo energético de Tete, incluindo numa nova barragem no rio Zambeze, Mphanda Nkwa – 1 500 megawatts – a central norte de Cahora Bassa – 1 250 megawatts – e centrais térmicas a carvão de Moatize e Benga – 600 megawatts cada uma.

A maior parte da produção actual de Cahora Bassa é transportada numa linha dedicada para a África do Sul (a Central Apollo) e a produção restante é destinada ao Zimbábue e a partes do norte de Moçambique.

Sendo assim, a África do Sul será o principal destino da futura produção energética do Vale do Zambeze, o que implica o reforço da capacidade de transporte das linhas existentes.

Entretanto, na última cimeira luso-moçambicana realizada em terras lusas as negociações com vista a venda doas restantes 7,5% da participação ainda detida por Portugal a favor de interesses moçambicanos consorciados no Projecto Cesul, entre os quais a Electricidade de Moçambique (EdM), redundou em fracasso devido aos termos de valores da transacção.

A participação reservada à REN no Projecto Cesul envolve a construção de infra-

estruturas e, posteriormente, a gestão das novas redes (exploração e manutenção).

Segundo a folha de informação portuguesa, a China State Grid manifestou-se desde o início interessada na privatização da REN, "iniciativa amplamente influenciada por expectativas de implantação da empresa em Moçambique", que se refira.

A proposta da empresa chinesa, segundo o jornal português Público, é para 25% da REN, devendo os restantes 15% ficar nas mãos do outro candidato, a Oman Oil Company.

Nos termos do concurso, cuja conclusão estava prevista para o início de Fevereiro, as duas empresas não poderão alienar as acções durante os próximos quatro anos.

O também português Diário Económico noticiou ainda que a China State Grid apresenta como trunfo na corrida à REN a abertura do mercado asiático à empresa portuguesa, estando presente em países como Filipinas, Mongólia, Quirguistão e Rússia e Índia.

A oferta é de 400 milhões de euros e inclui também uma linha de financiamento de longo prazo do Banco de Desenvolvimento da China, a taxas de juro reduzidas, no valor de mil milhões de euros.

Esta garante as necessidades de refinanciamento da REN, a partir de 2013, segundo a mesma fonte, e permite ao grupo impulsionar o seu plano de internacionalização orientado para Moçambique, Angola, Brasil e Colômbia, bem como, alargar o potencial raio de acção dos seus fornecedores nacionais. *Fonte: adaptado macauihub* ■

BREVES

Estados Unidos tentam expansão petrolífera

O presidente dos EUA, Barack Obama, emitiu um anúncio segundo o qual abrirá para exploração de petróleo uma área de 15,4 milhões de hectares no golfo do México, a sul do país. Com isso, espera reduzir a dependência do combustível estrangeiro e de fricções políticas em outras partes do planeta, promessa repisada por ele e seus antecessores.

"Mesmo com toda essa produção, porém, temos apenas 2% das reservas mundiais", afirmou Obama, em discurso proferido na chamada cidades das luzes (Las Las Vegas).

Obama, que nos seus três primeiros anos de mandato defendeu a pesquisa tecnológica e a busca de fontes limpas, tem sido criticado pela oposição republicana por limitar a prospecção em zonas de protecção ambiental. Os protestos pioraram após ele proibir a construção de um oleoduto que levaria petróleo tirado das areias betuminosas canadenses (de extracção "suja") até o Texas. *Fonte: NN-Mídia do Petróleo. Fonte: J. Commercio, Mundo* ■

Aumenta a tensão no Sudão por causa do petróleo

O Sudão do Sul encerrou a maioria dos poços de petróleo na região centro-norte. A mais jovem nação do mundo decidiu interromper a produção de petróleo em jeito de protesto pelos elevados impostos que Cartum aplica no transporte daquele produto através dos oleodutos para o norte. O ministro do petróleo e minas do Sudão do Sul Stephen Dau, afirmou que os termos de Cartum são inaceitáveis.

"Estamos igualmente a pagar os custos da operação do oleoduto e do terminal marítimo. Infelizmente Cartum impõe impostos discriminatórios, contra nós como penalidade pela separação", disse Ministro do Petróleo e Minas do Sudão do Sul, Stephen Dau.

Mais de 90 por cento das receitas do Sudão do Sul são derivadas das exportações de petróleo. O país herdou, após a criação, três quartos das reservas conhecidas do antigo Sudão unificado.

Enquanto o Sudão do Sul produz a maior parte do petróleo, não possui capacidade de refinação, e depende dos oleodutos do norte para a exportação. *Fonte: VOAnews* ■





Norte-americanos avaliam investimentos no sector energético nacional

A recente odisseia de descobertas no sector da energia e indústria extractiva em Moçambique não para de atrair a atenção dos mais interessados no sector, desta vez foram os empresários norte-americanos que se fizeram chegar a Maputo a fim de ver de perto a tão propalada riqueza do subsolo moçambicano.

Segundo Johnnie Carson, secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, o objectivo da missão empresarial norte-americana era examinar potenciais projectos de investimento no sector da energia.

Carson disse que a missão, que permanecerá em Moçambique até ao próximo dia 17, pretende encontrar mecanismos para que os produtores de energia norte-americanos possam investir na criação de centrais eléctricas e na oferta de combustível para ajudar a suprir as necessidades de Moçambique, através da produção de electricidade fiável e a preços acessíveis.

Depois de Moçambique, a missão empresarial norte-americana terá seguido rumo a Tanzânia, para depois escalar países africanos como a Nigéria, Gana e Quénia.

Por sua vez, Jim Wilson, coordenador principal de promoção do comércio e de política comercial do Departamento de Assuntos Africanos, disse que missões comerciais desta natureza desempenham um papel primordial na busca de soluções para os enormes constrangimentos que a falta de electricidade segura representa para desenvolvimento de África.

“O facto é que países como Nigéria e Moçambique não podem ter energia fiável e, não raras vezes, acabam a pagar um preço muito elevado com a utilização de geradores de reserva e gás-óleo para poderem satisfazer a procura local”, disse Jim Wilson.

Segundo Wilson, se as empresas africanas pudessem ter acesso a energia de qualidade, à semelhança das empresas do EUA e da Grã-Bretanha, poderiam produzir bens com um custo mais acessível para os mercados locais e para a exportação.

Fonte: macauhub ■

A Indústria Extractiva em Moçambique e os desafios da Sustentabilidade (Parte I).

“Um dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável é ser capaz de desenvolver uma indústria extractiva viável e diversificada e conseguir manter condições de criação de riqueza (...)” Alfredo Franco.

Muito para lá do debate sobre a geração de riqueza trazida pela indústria extractiva mineira, existe a questão da sustentabilidade que deve ser devidamente acautelada.

O desenvolvimento sustentável será sempre uma questão importante a ser levantada sobre a indústria extractiva e a exploração de recursos minerais. É uma questão impossível de se ignorar. Esta discussão sobre a sustentabilidade é importante para todos os agentes envolvidos no sector da exploração de recursos minerais: o governo, as empresas do sector e as comunidades. A clareza da sustentabilidade passa necessariamente pelo conhecimento que cada um destes actores tem sobre o impacto da indústria extractiva na economia, na política e evidentemente na sociedade.

Algumas questões podem emergir no contexto Moçambicano derivadas do facto de ter o sector extractivo mineiro ainda numa fase incipiente. Por exemplo, se é possível falar da sustentabilidade da indústria extractiva numa fase em que estas se encontram ainda no período de investimento. Não há melhor momento de se falar sobre a sustentabilidade que nesta fase. É uma oportunidade que muitos países ricos em recursos minerais não tiveram de fazer, o que os levou a incessantes conflitos. Ao trazer esta preocupação, abre-se um espaço irrefutável para que o papel de cada um dos actores seja devidamente esclarecido e se evite conflitos a médio e longo prazos.

Importa clarificar, no entanto, que a sustentabilidade não se refere unicamente a variante ambiental ou económica de maneira isolada. Existe uma relação tripartida entre a sustentabilidade ambiental, económica e social, como explica Villas Boas (2011:5) ao dizer que o desenvolvimento sustentável tem como tripé base a relação entre a actividade económica, o meio ambiente e o bem-estar da sociedade. Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável procura perceber se existe ganhos económicos justos, se a exploração de recursos não comprometem o meio ambiente e se estão sendo acauteladas as necessidades das gerações vindouras e finalmente se esta exploração tem proporcionado o bem-estar social às comunidades envolvidas. ■

Dicas úteis

Siga a Energia Moçambique

Você pode partilhar e ler todas as matérias do Energia Moçambique em tempo real no Facebook.

A Energia Moçambique também está no **Twitter**. Caso prefira, você pode ainda optar por enviar o seu **pedido de Newsletter** para o **energiamoz@status.co.mz** ou **[status@status.co.mz](https://www.facebook.com/status@status.co.mz)**.

Habilite-se a receber todas edições do Newsletter directo no seu email.

Sobre a Crise do Petróleo

Desde que o petróleo foi descoberto, no final do século XIX, foi consumido pela sociedade de forma abundante, principalmente na actual sociedade industrial e de consumo. Na década de 70 descobriu-se que o petróleo é uma fonte esgotável, tal afirmação elevou o preço do produto, em pouco mais de sete anos o preço do barril de petróleo praticamente triplicou. Isso provocou o aumento do valor do produto primário de países subdesenvolvidos, superando os produtos industrializados oriundos de países desenvolvidos.

Foram vários os factores que propiciaram a elevação do preço do petróleo, dentre eles podemos citar a criação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), formada pelos principais produtores de petróleo do mundo para unificar o preço do produto, promovendo um cartel internacional e controlando a oferta do produto no mercado.

No entanto, é preciso ter em mente que o petróleo também serve como instrumento político para exercer pressão sobre as grandes potências mundiais. Os Estados Unidos e a Europa apoiaram Israel na guerra contra os Árabes, fornecendo armamentos, tal facto irritou os países Árabes, que utilizaram o petróleo como meio de atingir as nações que apoiavam Israel, diminuindo a produção e elevando os preços. Entre as décadas de 80 e 90 várias oscilações no valor do petróleo ocorreram.

Daí que, não é uma falácia afirmar que as crises do petróleo podem ser provocadas por conflitos no Oriente Médio, quando a região limita a produção e eleva o valor. Isto explica-se, a verdade é que, segundos os peritos na matéria, o nível de consumo de um importador interfere no preço, o que reforça a lei da oferta e procura. Ao analisar esses factos, que muitas vezes provocam divergências, dá para imaginar o que acontecerá quando esse recurso esgotar, pois estimativas revelam que o combustível se findará daqui a 60 anos, aproximadamente, o que forçará o homem a buscar novas alternativas de fonte de energia, e aí o que seguirá? (Autor: Professor Alexandre Guimarães). ■



PUB.



PROLOG LDA
Prolog, Lda - Serviços, Procurement & Logística



INSTALFOGO
Instalação, Manutenção e Reparação de Sistemas de Combate a Incêndios, Lda.

SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIOS

SPRINKLERS - Convencionais



Prédio Cardoso - Av. 25 de Setembro, N. 1123, 1º e 2º andar, Porta N.
Tel.: +258 21 327116 / 21 327117 • Fax: +258 300948 • Caixa Postal: 302
Cel: +258 84 42 11 091 / 82 62 34 124 • 84 30 66 180
E-mail: prolog@prolog.co.mz instalfogo@instalfogo.pt
Maputo - Moçambique


PUB.




NITINAT
MINERAL CORPORATION

ACESSE A NOSSA PÁGINA
E DÊ SUA OPINIÃO EM:

http://www.energiam
cambique.co.mz/em/



ENERGIA & INDÚSTRIA EXTRACTIVA
Newsletter Quinzenal 2008



Cabo Verde

Ficha Técnica

Concepção Maquetização e Produção
STATUS-Consultores de Comunicação

DISP. REG. N 5 GABINFO/DEC/2008

Morada:	Av. 25 de Setembro, n° 1123
Prédio Cardoso	
Telef.:	+258 21 32 71 16/ 17
Fax:	+258 21 32 71 17
Director:	Inguila Sevene
Editor:	Aunorio Simbine
Email:	status@tv cabo.co.mz
Website:	www.status.co.mz e www.energiamocambique.co.mz